

MARIA ELIZABETH DA SILVA BATALHA

**PLANEJAMENTO DE ENSINO: O PAPEL DO PEDAGOGO JUNTO
AOS DOCENTES NESSA PRÁTICA EDUCATIVA**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação para a obtenção do grau de Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Maria Madselva Ferreira Feiges

CURITIBA

2006

DEDICATÓRIA

À toda minha família e meus colegas de trabalho, que sempre me apoiaram e me motivaram nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pela compreensão, incentivo e apoio.

À professora Maria Madselva, que com carinho, competência e profissionalismo, orientou-me nessa caminhada.

À equipe de profissionais da escola onde a pesquisa foi realizada, pela contribuição a este trabalho.

“Cabe a educadores e educadoras progressistas, armados de clareza e decisão política, de coerência, de competência pedagógica e científica, da necessária sabedoria que percebe as relações entre táticas e estratégias, não se deixarem intimidar. Cabe a eles e a elas criar com o medo e a coragem, com o qual confrontem o abuso de poder dos dominantes. Cabe a eles e a elas, finalmente, realizar o possível de hoje para que concretizem, amanhã, o impossível de hoje”

Paulo Freire

SUMÁRIO

RESUMO	V
INTRODUÇÃO	6
1 O PAPEL DO PEDAGOGO COMO ARTICULADOR DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO ESPAÇO ESCOLAR	8
1.1 A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....	8
1.2 A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PEDAGOGO: DO ESPECIALISTA AO PEDAGOGO UNITÁRIO.....	14
1.3 A FUNÇÃO DO PEDAGOGO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR.....	17
1.4 O PEDAGOGO COMO MEDIADOR NA PRÁTICA EDUCATIVA DE PLANEJAMENTO DE ENSINO.....	20
1.5 PLANEJAMENTO DE ENSINO: UMA PRÁTICA NECESSÁRIA.....	23
2 A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO DE ENSINO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL	28
2.1 CARACTERIZANDO O ESPAÇO E A METODOLOGIA DA PESQUISA.....	28
2.2 O QUE A PESQUISA NOS REVELA?.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
ANEXO	46

RESUMO

O trabalho pedagógico é o eixo organizador do trabalho do pedagogo no espaço escolar. Nesse contexto, diversas atribuições estão presentes na atuação desse profissional e uma delas é o planejamento de ensino, o qual está relacionado ao Projeto Político-Pedagógico e ao processo ensino-aprendizagem da escola.

Este estudo apresenta a relação que se estabelece no espaço educativo escolar entre os professores e o pedagogo na prática do planejamento de ensino. Após um breve referencial teórico sobre a formação e o papel do pedagogo no espaço escolar, procede a uma análise dessa prática educativa em uma escola pública do município de Curitiba, com apontamentos dos limites e possibilidades que o mesmo apresenta aos profissionais da educação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga o papel do pedagogo na prática educativa do planejamento de ensino, tendo como campo de pesquisa uma escola municipal da Rede de Ensino de Curitiba – Paraná, que oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Esta pesquisa analisa as relações que se estabelecem entre o pedagogo e os professores, no âmbito do planejamento de ensino, com a finalidade de compreender o sentido e o significado desse processo educativo para os diferentes sujeitos que nele atuam.

A investigação dessa prática pedagógica tomou como referência as seguintes questões norteadoras:

- Qual é o papel do pedagogo na organização do trabalho pedagógico escolar?
- Qual é a especificidade do planejamento no âmbito dessa organização?
- Quais as contribuições e os limites dessa prática educativa?

Este trabalho está organizado em dois capítulos:

O primeiro capítulo apresenta uma sucinta revisão teórica sobre a trajetória histórica da formação do pedagogo, com a finalidade de explicitar a passagem possível da concepção de especialista para pedagogo escolar; revelando a função do pedagogo na organização escolar e o seu papel na prática do planejamento de ensino.

O segundo capítulo apresenta uma configuração da escola investigada, da metodologia utilizada e dos dados coletados na pesquisa, à luz de um referencial teórico que pressupõe uma abordagem de totalidade da realidade econômica, política e educacional da sociedade e da escola, com análise dos dados empíricos da pesquisa e apresentação de algumas contribuições e limites do processo de planejamento de ensino na perspectiva de uma prática educativa que envolve o coletivo da escola.

A seguir apresenta algumas conclusões preliminares que revelam aspectos teórico-práticos sobre a relação pedagogo-professor nas questões do planejamento de ensino, com apontamentos para a necessidade de um aprofundamento deste estudo, a partir de novos instrumentos de coleta de dados.

1 O PAPEL DO PEDAGOGO COMO ARTICULADOR DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO ESPAÇO ESCOLAR

1.1 A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Na atual LDB 9394/96-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a formação do pedagogo pode ser realizada no curso de Pedagogia.

A formação de profissionais de educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nesta formação, a base comum nacional. (Lei 9394/96,art.64)

Sabe-se, contudo, que a formação inicial do pedagogo ainda precisa ser complementada, de acordo com as necessidades de sua prática cotidiana, o que pode ocorrer sistematicamente no âmbito de sua própria prática pedagógica. Por outro lado, o rigor na formação continuada também através de leituras e reflexões, cursos, seminários, congressos, poderá contribuir para o aperfeiçoamento deste profissional.

A necessidade de uma constante atualização por parte do pedagogo, é decorrente das mudanças cada vez maiores na sociedade, que interferem direta e/ou indiretamente na educação. O pedagogo como um profissional que atua especificamente nas práticas educativas não pode estar alheio a essas transformações sociais, políticas, econômicas e educacionais, ou seja, a essa crescente complexidade da sociedade e do conhecimento, que a cada dia exige novas atribuições da escola.

Há que se considerar que o pedagogo é também um dos responsáveis pela formação continuada da equipe docente, sendo necessário, portanto, estar preparado e bem qualificado, para construir coletivamente o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico na escola.

Saviani (1985, p.27) concebe o pedagogo como o “formador de homens”. Para ele, “pedagogo é aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o

processo de formação cultural.” Neste sentido, é aquele que “domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade”.

Partindo desse pressuposto, o pedagogo exerce um papel importante no interior da escola, mediando o trabalho coletivo entre todos os demais profissionais (diretor, vice-diretor e professores) na construção de uma escola democrática e de uma educação de qualidade para todos os educandos, elevando-os à condição de sujeitos atuantes e com uma visão mais crítica da sociedade, no sentido de lutar por uma transformação.

Com relação à função do pedagogo nesse processo de formação, Scheibe, retomando Saviani (1988), acrescenta:

Ao pedagogo escolar, por profissão/formação, cabe dominar sistemática e intencionalmente, as formas de organização do processo de formação cultural na escola. Cabe a ele prover a escola de uma organização tal que cada criança, cada educando, em especial aqueles das camadas trabalhadoras, não veja frustrada sua aspiração de assimilar os conhecimentos, incorporando-os como instrumento irreversível a partir do qual será possível conferir uma nova qualidade às lutas no seio da sociedade. (Saviani, 1988, apud Scheibe, 2004, p.25)

Atuando como dirigente escolar, o pedagogo contribui com a formação dos professores no interior da escola e conseqüentemente, na formação dos alunos, elevando seu nível de aprendizagem. Uma das grandes preocupações da escola pública ainda é a questão da repetência e dos baixos níveis de aprendizagem. Nesta perspectiva, a formação do pedagogo pressupõe a compreensão e domínio teórico-metodológico sobre a realidade, o que lhe permitiria atuar no sentido de construir a emancipação das camadas populares.

Essa idéia de formação continuada é bem definida por Libâneo, reforçando a importância da atuação do pedagogo escolar.

A formação continuada é condição para a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional. É na escola, no contexto de trabalho, que os professores enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho e, com

isso, vão promovendo mudanças pessoais e profissionais. (Libâneo,2001,p.25)

Afirma, ainda, Libâneo (1998, p.31) que o curso de pedagogia deve formar o pedagogo *stricto sensu*, ou seja, um profissional qualificado que possa atuar em vários campos educativos para atender as demandas sócio-educativas de natureza formal e não formal e informal. De acordo com esse autor “a caracterização do pedagogo *stricto sensu* é necessária para distingui-lo do profissional docente, já que todos os professores poderiam considerar-se pedagogos *lato sensu*”. Essa separação entre trabalho pedagógico (atuação profissional em diversas práticas educativas) e trabalho docente (forma específica que o trabalho pedagógico assume na sala de aula) é importante para distinguir curso de Pedagogia (de estudos pedagógicos) e cursos de Licenciatura (onde são formados os professores do ensino fundamental e médio). O pedagogo *stricto sensu* seria aquele profissional não docente que atua “com fatos, estruturas, processos, contextos, situações, referente à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações”. (Libâneo, 1998, p. 37)

O curso de Pedagogia foi e continua sendo alvo de amplas discussões e regulamentações, desde a sua implantação no Brasil, em 1939. Para Muribeca (2002:158) “as propostas de redefinição do curso pululam e a indefinição permanece, não podendo ser compreendida dissociada da realidade brasileira”. Isso acaba proporcionando um descrédito e um desânimo entre os profissionais da educação com relação à sua formação.

Para compreender melhor essa imprecisão quanto aos rumos do Curso de Pedagogia e do trabalho do pedagogo, é necessário verificar e refletir um pouco sobre a sua trajetória histórica no Brasil, descrita por Libâneo (1998) no livro “Pedagogia e Pedagogos, para quê?”. Vamos, então, a essa retomada histórica.

Em 1932, Anísio Teixeira propõe a criação da “Escola de Professores” no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, incorporada em 1935 à Universidade do Distrito Federal. Esta foi a primeira escola de formação de professores em nível universitário, se mantendo até 1937, ano em que o governo Getúlio Vargas cria a

Universidade do Brasil, já prevendo uma Faculdade Nacional de Educação e que pelo Decreto-Lei nº. 1.190 de 1939, recebeu a denominação de Faculdade Nacional de Filosofia. Esta é a primeira vez que aparece na legislação um curso específico de Pedagogia que formaria o licenciado para o magistério em cursos normais, oferecendo, também, o bacharelado para o exercício dos cargos técnicos de educação.

Porém a estruturação mais definida de um sistema de formação para os profissionais não-docentes da educação só ocorreu mais tarde. A legislação posterior, em atendimento à Lei nº. 4.024/61, mantém o curso de bacharelado para a formação do pedagogo com o Parecer do Conselho Federal de Educação 251/62 e regulamenta as licenciaturas com o Parecer CFE 292/62. Porém, só com o Parecer CFE 252/69, no período do regime militar, é que essa estruturação vai ocorrer definitivamente.

A reforma do ensino no regime militar se destaca em duas leis: a da Reforma Universitária (Lei 5.540/68) e da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus (Lei 5.692/71). A Lei 5.540/68 (art.30) estabelece que “a formação de professores para o ensino de 2º grau, de disciplinas gerais e técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação, no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior”. O parecer CFE 252/69, redefine o currículo mínimo e duração do curso de pedagogia, explicitando ainda a formação de especialistas (administrados escolar, supervisor escolar, orientador escolar) para ocupar funções específicas nas escolas e nos sistemas de ensino.

Esse parecer, no entendimento de Libâneo (1998,p.119) “promove, efetivamente, um avanço na definição da identidade do curso ao fixar com mais clareza os estudos teóricos necessários à formação do pedagogo e à explicitação das habilitações profissionais”.

Somente após a segunda metade da década de 1970 é que surgem novas iniciativas de reformulação do curso de Pedagogia, envolvendo organismos oficiais e entidades independentes de educadores. Em torno dos anos 1980 surge a atuação do movimento de reformulação dos cursos de formação do educador,

mantendo, nos documentos que produziu, o espírito do Parecer CFE 252/69 de não diferenciar a formação do professor e do especialista, reafirmando a idéia de que o curso de Pedagogia é uma licenciatura, contribuindo para descaracterizar a formação do pedagogo *Stricto Sensu*.

No contexto dos anos 80, marcado pela crítica da educação do capitalismo e o movimento pela revalorização da educação pública, são retomadas as discussões sobre a formação de educadores. Realiza-se em 1978, na UNICAMP (Campinas – SP) e o I Seminário de Educação Brasileira. Em 1980, em Goiânia, surgem os Comitês Pró-Reformulação dos Cursos de Pedagogia; em 1983, em Belo Horizonte - MG, a Comissão Nacional dos Cursos de Formação do Educador, que em 1990 transforma-se em Associação Nacional para a Formação Profissional de Educadores, a Anfope. São retomados os debates de temas como: especificidade do curso de Pedagogia e das Licenciaturas, formação de especialistas não-docentes, formação dos professores das séries iniciais do 1º. Grau em nível superior, a base comum nacional de formação dos educadores, a questão da escola única de formação de professores e outros.

Desse período em diante, esse movimento luta então por uma educação voltada para a transformação social, pela valorização da escola pública e do magistério, propondo então a redefinição e a busca da identidade do curso de pedagogia.

Mas as discussões e regulamentações não se esgotaram. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº. 9394/96 em seu artigo 64 trouxe novamente o discurso da fragmentação do trabalho dos pedagogos no curso de Pedagogia, na formação de especialistas.

Em 2005, o Conselho Nacional de Educação (CNE) através de um projeto de resolução, impõe novas mudanças ao curso de pedagogia, formando apenas para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, transformando-o em formação de docentes para a Educação Básica, habilitando para a Licenciatura em Pedagogia (Magistério da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental).

De acordo com Abreu (2005,p.15) "tal projeto ameaça a formação de profissionais com a capacidade de pensar a educação de modo abrangente, destinando ao curso de Pedagogia a tarefa de formar profissionais sem uma sólida compreensão da realidade que os cerca, focando apenas a relação ensino-aprendizagem"

Partindo desse pressuposto, a formação do pedagogo como um profissional da educação que atue nas áreas da Pedagogia em geral, estará isenta de uma base teórico-metodológica consistente e de uma qualificação para a pesquisa. É uma discussão polêmica e que mantém inseguros e confusos educadores e alunos dos cursos de formação nessa área. A formação do profissional que pesquisa e investiga a Educação está também comprometida, pois a Pedagogia tem como objeto de estudo a prática educativa, o que pressupõe atender as necessidades sociais e formativas num mundo em constantes transformações.

Libâneo (1998:44) defende que "o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia é tão vasto quanto são as práticas educativas na sociedade. Em todo lugar onde houver uma prática educativa com caráter de intencionalidade, há aí uma pedagogia". Portanto, mesmo com todos os percalços sofridos pelo Curso de Pedagogia e da incerteza quanto à formação do pedagogo, verifica-se a necessidade cada vez maior desse profissional, seja atuando em espaços escolares ou não escolares, mas sempre em práticas educativas.

Sempre surgirá a questão: se o pedagogo é por excelência o professor, qual será o profissional que está pensando, investigando, propondo, refletindo sobre essa formação? Qual o profissional que irá direcionar o debate crítico sobre a formação docente; qual o profissional que irá investigar metodologias de formação? Qual o profissional que estará avaliando, de modo emancipatório e transformador, as práticas educativas e docentes usuais, tirando delas o essencial à reflexão? Quem organizará e articulará os diversos saberes que convergem na prática docente? Quem organizará reflexões sobre a seleção de conteúdos que poderão compor as estruturas curriculares?

Se não for a Pedagogia a cumprir esse papel, será preciso inventar uma nova ciência para este fim. (Franco, 1998, p. 177)

1.2 A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PEDAGOGO: DO ESPECIALISTA AO PEDAGOGO UNITÁRIO

A denominação “especialista” teve sua origem no seio da reforma universitária e na reformulação do curso de Pedagogia. O Parecer CFE 252/69 completando tais modificações abre a possibilidade de o pedagogo ser um “especialista em educação”. Várias eram as habilitações previstas: administração, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Mas qual seria de fato o lugar dos especialistas na escola? Na seqüência far-se-á uma reflexão da identidade e função desses profissionais, detendo-se nessa análise à função do supervisor e do orientador educacional, de forma articulada, uma vez que são esses profissionais (pedagogos) que estão mais diretamente relacionados ao trabalho pedagógico na escola.

Geralmente os professores ficam mais envolvidos com o seu próprio trabalho em sala de aula, sem ampliar seu horizonte para as mudanças e transformações que ocorrem com o processo educativo no contexto social. Sendo assim, surge aí a necessidade da escola contar com uma equipe pedagógica preparada para intervir, levando o grupo a uma reflexão, participação e socialização das práticas educativas locais, com o objetivo de uma análise mais ampla para uma mudança envolvendo a totalidade da escola, ou seja, a uma prática educativa transformadora com todo o coletivo da escola.

O pedagogo estará prioritariamente no exercício da prática pedagógica quando estiver com o coletivo dos participantes da prática educativa, orientando, esclarecendo, conscientizando e produzindo elementos (teorias e ações) para transformação dos sujeitos, das práxis e das instituições (Franco, 2002,p.185).

Ao se falar em equipe pedagógica da escola, deve-se ter clareza de que não é possível qualquer processo de mudança com práticas isoladas. A superação do trabalho fragmentado no interior da escola deve ser uma meta. A orientação e

a supervisão, se assim estiver determinado na instituição, devem realizar um trabalho de parceria, pois todos os problemas enfrentados pela escola, sejam eles de ordem social, psicológica ou pedagógica, levam a um mesmo fim, à busca pela melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem do aluno.

Portanto, a reflexão que aqui se faz é do papel do pedagogo como um “profissional unitário”, que atua como um articulador do trabalho pedagógico na escola, independente de sua habilitação e/ou formação.

Sobre a questão da fragmentação do trabalho escolar é importante analisar as idéias definidas por Kuenzer (2002,p.47) “a primeira discussão que se faz necessária ao analisar a possibilidade de unitariedade do trabalho pedagógico é o da sua natureza como trabalho no capitalismo”. Em sua análise “a divisão do trabalho escolar tem sua origem na separação entre propriedade dos meios de produção e força de trabalho, e não na divisão técnica do trabalho”, pois a divisão técnica no capitalismo é consequência da contradição entre capital e trabalho. Sendo assim, não basta substituir os especialistas pelo pedagogo unitário para a superação da fragmentação do trabalho pedagógico. “A superação da fragmentação do trabalho pedagógico só será possível se superada for a contradição entre a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho”. (Kuenzer, 2002,p.54).

Se, como defende a referida autora, a fragmentação do trabalho pedagógico jamais será superada através da escola e sim, apenas com a eliminação do processo de valorização do capital, como encontrar uma saída para esse desafio, enfrentado pelas escolas? A referida autora mesmo, nos mostra o caminho:

Isso não quer dizer que se passe a defender, ou aceitar, as distintas formas de fragmentação, mas que se amplie o trabalho pedagógico no que for possível por meio de decisões e estratégias internas à escola, tendo clareza sobre seus limites e, principalmente, buscando compreender como a fragmentação se faz presente, como modo de organização do trabalho e como pedagogia, mesmo que não existam mais especialistas, substituídos pelo pedagogo unitário. (Kuenzer,2002,p.54)

Para esta autora é através da categoria “contradição” que se pode pensar de fato nessa superação, ou seja, “o capitalismo traz em si ao mesmo tempo, a semente do seu desenvolvimento e de sua destruição”. Esses avanços e retrocessos evitam e aceleram a sua superação ao mesmo tempo. “É com base nessa compreensão que se deve analisar a unitariedade como possibilidade histórica de superação da fragmentação” (Kuenzer, 2002,p.65).

Em seus escritos, Kuenzer (2002) também faz uma análise sobre a formação do supervisor e do orientador educacional, mostrando os avanços no currículo de formação desses profissionais e o que mudou também em suas práticas no interior da escola.

A tradicional concepção de formação do supervisor foi superada em decorrência das mudanças no mundo do trabalho e da ampliação da concepção de currículo e de projeto político-pedagógico, que passou a incorporar os conceitos de poder, de multiculturalismo, de saberes populares, baseados em novas formas de compreensão entre trabalho, cultura e conhecimento que originaram novas formas de compreensão da teoria e das práticas pedagógicas, cujo impacto já começa a se deslocar dos cursos de pedagogia para os cursos de formação dos professores nas diferentes áreas do conhecimento (...), já não há como, teórica e praticamente, sustentar a concepção de um supervisor de currículo que não articule formação pedagógica, formação específica, conhecimentos sobre gestão, epistemologia, psicologia e antropologia. (kuenzer, 2002,p.67)

Com relação ao profissional da orientação educacional, ela segue a mesma linha de análise e reflexão:

No campo da orientação pedagógica, o mesmo raciocínio se coloca. Além das novas discussões trazidas pela psicologia social no campo da construção de identidades, dos avanços produzidos no campo das teorias do conhecimento que se deslocam do enfoque biopsicológico para integrar as dimensões sociais, os processos contemporâneos, deitam por terra as tradicionais atribuições do orientador, em particular do vocacional. (...) A orientação vocacional, portanto, perde o seu campo, remetendo-se para a formação do pedagogo, à necessária inclusão de conteúdos de economia e sociologia do trabalho, para que o pedagogo possa melhor compreender as mudanças que ocorrem no mundo da produção e das relações sociais por ele determinadas como elemento estruturante do projeto político-pedagógico. (Kuenzer, 2002,p.68-69)

A escola é uma instituição histórica e, sendo assim, assume funções conforme o momento histórico vivido pela sociedade na qual está inserida. É esse movimento histórico que define a função, a natureza e a especificidade da instituição escolar e das profissões. Por isso, as questões relacionadas ao profissional formado em Pedagogia não podem ser discutidas como algo abstrato, é necessário analisar a sua contextualização. Portanto, essa formação ampliada do pedagogo, a sua capacitação continuada, um profissional que tenha visão de conjunto da escola e um trabalho de parceria entre a equipe pedagógica, podem superar, ainda que não totalmente, a fragmentação do trabalho pedagógico no interior da escola. É um caminho a seguir, que assim como no capitalismo, é possível alguma mudança desde que a situação se dê em torno de suas positivities.

1.3 A FUNÇÃO DO PEDAGOGO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

O eixo que identifica a função do pedagogo é a organização do trabalho pedagógico, compreendido como um ato educativo coletivo, intencional e planejado, que pressupõe o princípio da formação humana. Para tanto, é necessário que esse profissional tenha clareza de sua concepção de educação e de sociedade, pois a escola só pode ser entendida articulada a esse contexto. A construção de uma escola cada vez mais democrática, humana e de qualidade para todos pode se efetivar pela via do trabalho coletivo, superando a lógica da hierarquia que deve ser substituída pela participação.

Segundo Vasconcelos (2002, p.51) “o movimento de democratização e qualificação da educação é um amplo e complexo processo”, o qual tem como consequência a transformação da prática em sala de aula e na escola. Neste contexto tem grande importância a função do pedagogo, pois ele exerce grande influência no trabalho em equipe, assumindo uma postura que promova um “clima organizacional favorável”, envolvendo todo o coletivo da escola

As práticas de gestão colegiadas da escola como o processo de eleição de diretor, formação do Conselho de Escola, redirecionamento dos conselhos de classe e outros constituem ações concretas, no sentido de repensar as mudanças necessárias à transformação da educação escolar.

Para Libâneo (2001, p.22) “ a cultura organizacional influencia o pensar e o modo de agir das pessoas que trabalham na escola”. Considerando que a escola é um espaço de ensino-aprendizagem, a forma de organização e de gestão escolar demonstram muito da concepção educativa ali existente.

Esse autor destaca ainda a importância e do papel o pedagogo na organização escolar e na formação continuada:

Nas escolas, portanto, a construção da identidade profissional do professor depende em boa parte das formas de organização do trabalho escolar. Em especial, depende de uma estrutura de coordenação pedagógica que faça funcionar uma escola de qualidade, propondo e gerindo o projeto pedagógico, articulando o trabalho de vários profissionais, liderando a inovação e favorecendo a constante reflexão na prática e sobre a prática. O pedagogo escolar deverá ser o agente articulador das ações pedagógicas didáticas e curriculares, assegurando que a organização escolar vá se tornando um ambiente de aprendizagem, um espaço de formação contínua onde os professores refletem, pensam, analisam, criam novas práticas, como sujeitos pensantes e não como meros executores de decisões burocráticas. (Libâneo, 2001, p. 29)

O pedagogo necessário à escola de hoje se define como um profissional que tenha visão de totalidade da escola, superando a dicotomia da concepção do especialista que divide o trabalho entre supervisor escolar e orientador educacional. As reflexões e ações devem ocorrer no debate com o conjunto dos profissionais, envolvendo toda a equipe para melhor compreensão do contexto da realidade escolar. O pedagogo como articulador do ambiente do trabalho escolar propõe o planejamento pedagógico da escola fundamentado no diagnóstico sistemático da realidade sócio-econômica e cultural. “É preciso compreender onde é que o grupo está, quais suas necessidades. Ou seja, na busca de mudança do processo de planejamento, o ideal é a coordenação construir junto a proposta.”(Vasconcellos,2002,p.151)

A abrangência das funções do pedagogo, no tocante à organização do trabalho pedagógico, pressupõe a capacidade de promover o trabalho coletivo, articular as contradições da realidade escolar e estimular a participação de todos os integrantes da escola nas atividades de formação continuada que buscam a transformação da prática educativa.

Neste caso, o pedagogo tem inúmeras atribuições na organização escolar, as quais são bem definidas e resumidas por Libâneo (2001, p. 183):

- Responder por todas as atividades pedagógico-didáticas e curriculares da escola e pelo acompanhamento das atividades de sala de aula;
- Supervisionar a elaboração de diagnósticos e projetos para a elaboração o projeto pedagógico da escola.
- Propor para discussão, junto ao corpo docente, o projeto pedagógico da unidade escolar.
- Orientar a organização curricular e o desenvolvimento do currículo, incluindo a assistência direta aos professores na elaboração dos planos de ensino, escolha de livros didáticos, práticas de avaliação de aprendizagem.
- Prestar assistência pedagógico-didática direta aos professores, acompanhar e supervisionar suas atividades tais como: desenvolvimento dos planos de ensino, adequação de conteúdos, desenvolvimentos de competências metodológicas, práticas avaliativas, gestão da classe, orientação da aprendizagem, diagnósticos de dificuldades, etc.
- Coordenar reuniões pedagógicas e entrevistas com professores visando a promover inter-relação horizontal e vertical entre disciplinas, estimular a realização de projetos conjuntos entre os professores, diagnosticar problemas de ensino e aprendizagem e adotar medidas pedagógicas preventivas.
- Organizar as turmas de alunos, designar professores para as turmas, elaborar o horário escolar, planejar e coordenar o Conselho de Classe.

- Propor e coordenar atividades de formação continuada e de desenvolvimento profissional dos professores.
- Elaborar e executar programas e atividades com pais e comunidade, especialmente de cunho científico e cultural.
- Acompanhar o processo de avaliação da aprendizagem.
- Cuidar da avaliação processual do corpo docente.
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do plano pedagógico e dos planos de ensino e outras formas de avaliação institucional.

Estas e muitas outras atribuições do pedagogo no espaço escolar nos permite definir este profissional como aquele que age e intervém de modo a contribuir com a construção de novos conhecimentos e práticas libertadoras no interior da Escola, de forma que esta seja cada vez mais democrática e de qualidade. Essa afirmação é complementada por Libâneo (1998, p.54) ao defender que “a atuação do pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula, na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos”. Uma escola democrática pressupõe abertura a novos conhecimentos, revelando preocupação com a formação do indivíduo que se afirme e se construa no pleno uso da liberdade e na defesa de princípios da liberdade de pensamento, de expressão, de informação, da autonomia, respeitando a participação e a contribuição do outro. O pedagogo como sujeito da equipe dirigente escolar tem o papel de articular esse processo educativo, organizando as condições necessárias para a efetivação dessa prática docente e discente, a partir do Projeto Político Pedagógico da Escola.

1.4 O PEDAGOGO COMO MEDIADOR NA PRÁTICA DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

No cotidiano das escolas é comum práticas educativas, em sua maioria realizadas mecanicamente, apenas para cumprir formalidades. Em geral, são

práticas sem objetivos claros e funcionais, que já fazem parte da burocratização da instituição, sendo realizadas pelos profissionais quase como uma obrigatoriedade, esvaziadas de significado. Entre essas práticas, está inserida a prática do planejamento de ensino, que muitas vezes são itens preenchidos em fichas próprias, entregues à coordenação pedagógica e posteriormente engavetados. Dessa forma, qual é o significado do planejamento ? Planejar para quê ? Para quem ? Como ?

Essas e outras indagações fazem parte dos questionamentos de muitos professores que realizam o planejamento solicitado pela escola apenas para cumprir um ritual já estabelecido, mesmo sem acreditar na sua funcionalidade.

Parece haver, entre os professores, uma idéia de que o planejamento é desnecessário e inútil por ser ineficaz e inviável na prática. (...) Ele é encarado como algo que existe apenas para satisfazer a burocracia escolar. A idéia geral é de que se faz planejamento porque é exigido e não porque se sente a necessidade de planejar para se desenvolver uma ação mais organizada, dinâmica e científica. (...) A inutilidade e a ineficiência são lamúrias e lamentações comuns dos professores, quando convocados a planejar suas atividades docentes. Para que planejar ? Sempre é a mesma coisa. Nada muda. Eu já sei o que devo ensinar. Está tudo no livro. (...) E a descrença no planejamento se torna uma crença geral entre os professores. (Menegolla, 1993,p.43)

Para Vasconcellos, essa descrença dos professores está relacionada à questão filosófica de não ver sentido e não acreditar no planejamento, que exige trabalhar com os pressupostos teóricos, mas também com este enfoque de descrença que o professor traz, e seu conhecimento prévio." É possível localizar no discurso dos professores eventuais obstáculos epistemológicos em relação ao planejamento". (Vasconcellos, 1995, p.12)

Neste contexto, o pedagogo exerce um papel importante no sentido de atuar como mediador junto aos professores, realizando reflexões rigorosas sobre o seu modo de pensar e propondo alternativas de superação desses limites.

A situação de alienação do professor se caracteriza pela falta de clareza e domínio nos vários aspectos da tarefa educativa. Assim, percebemos que ao educador falta clareza com relação à realidade em que ele vive, não

dominando, por exemplo, como os fatos e fenômenos chegaram ao ponto em que estão hoje (dimensão sociológica, histórica, processual); falta clareza quanto à finalidade daquilo que ele faz: educação para que, a favor de quem, contra quem, que tipo de homem e de sociedade formar, etc. (dimensão política, filosófica) e, finalmente, falta clareza à sua ação mais específica em sala de aula (dimensão psicopedagógica). Efetivamente, faltando uma visão de realidade e de finalidade, fica difícil para o educador operacionalizar alguma prática, já que não sabe onde está, nem para onde quer ir. (Vasconcellos, 1995,p.23)

O trabalho do pedagogo escolar se estabelece concretamente em seu local de trabalho, por meio das relações com os demais profissionais da educação. É na escola que ele realiza sua práxis. Ainda que seu espaço de trabalho não seja na sala de aula, nele interfere consideravelmente, uma vez que atua como mediador no processo educativo de formação humana.

É importante que o pedagogo organize um espaço para reuniões com os professores, onde o planejamento possa ser estruturado e discutido coletivamente, qualificando-se para exercer sua prática, tendo como objetivo a construção e não a reprodução do conhecimento. Vasconcellos destaca a necessidade de se estudar a própria prática.

As reuniões semanais são espaços necessários e privilegiados para a reflexão crítica e coletiva, sobre a prática de sala de aula e da escola, bem como para o planejamento. A partir dessa reflexão surge a necessidade do estudo, que é feito, então, tendo um significado, na medida em que corresponde a um problema colocado pela prática. (Vasconcellos,1995, p.137)

Se a organização de horários para estudo, análise e reflexão do cotidiano escolar constitui o Projeto Político Pedagógico da escola, pode-se acreditar num processo de transformação da realidade do contexto escolar, na perspectiva das finalidades do processo de formação continuada. Esses momentos de discussão são ótimas oportunidades para compartilhar as experiências e as dificuldades encontradas no trabalho. As práticas bem sucedidas podem despertar novas iniciativas e, em especial, mostrar que é possível mudar a realidade, ou pelo menos, buscar tentativas de transformação e superação.

Alguns professores ainda não sentem a necessidade de discutir com os colegas ou mesmo registrar sua prática, por acharem comum a atual forma de trabalho. Neste caso, entra a mediação do pedagogo, onde resgata a dimensão coletiva, através da troca de experiências e de uma reflexão teórica, crítica e solidária sobre as diferentes práticas.

Para Vasconcelos(1995), a equipe escolar, ou seja, o conjunto dos profissionais da educação, pode ser um interlocutor privilegiado para o professor, discutindo sua prática, sugerindo leituras para o aprofundamento, acompanhando e articulando o trabalho, superando a marca histórica de controle e burocracia.

A valorização do planejamento pressupõe que o professor compreenda que o mesmo é necessário em sua prática educativa, portanto, é preciso acreditar na funcionalidade do planejamento participativo. “O planejamento é político, é hora de tomada de decisões, de resgate dos princípios que embasam a prática pedagógica. Mas para chegar a isto, é preciso atribuir-lhe valor, acreditar nele, sentir que planejar faz sentido, que é preciso”. (Vasconcellos, 1995,p.25)

Esse entendimento requer uma avaliação rigorosa da formação inicial do pedagogo e do professor, procurando compreender a natureza política do planejamento nas diferentes concepções de prática pedagógica.

O que se propõe é a superação do espontaneísmo. É o ato do planejamento intencional e consciente, sair da descrença para acreditar na possibilidade de mudança e na necessidade de mediação teórico-metodológica. “Planejar para transformar seu trabalho, a relação com os alunos, sua pessoa, a escola, sua comunidade, a sociedade”. (Vasconcellos, 1995,p.35)

1.5 PLANEJAMENTO DE ENSINO: UMA PRÁTICA NECESSÁRIA

Torna-se necessário resgatar no professor, a crença e o sentido no planejamento. Muitos educadores não vêem necessidade na elaboração do planejamento, defendem que o mais importante é entrar em sala com o seu plano de aula, pois este sim lhe faz falta. Muitas vezes esse plano de ensino ou diário de

classe, nada mais é do que uma relação de modelos de atividades descontextualizadas, sem nenhuma relação com a realidade, e com o Projeto Pedagógico da escola. São geralmente copiadas de livros didáticos, sem objetivos, apenas para cumprir o programa estabelecido pela instituição e manter a organização da escola.

Para entender melhor esse argumento usado pelos professores, é necessário analisar a relação entre planejamento e plano de ensino. Na definição de Vasconcellos (1995, p.43) “planejamento é o processo de reflexão, de tomada de decisão. Plano é o produto, que como tal pode ser explicitado em forma de registro de documento ou não”. Segundo o mesmo autor, o planejamento é um processo permanente, enquanto o plano é um produto provisório.

Na opinião de Libâneo, esse caráter de processo contínuo é uma importante característica do planejamento, pois o mesmo envolve várias dimensões: previsão da ação, definição de necessidades, objetivos, procedimentos, recursos, tempo e avaliação.

Uma importante característica do planejamento é o seu caráter processual. O ato de planejar não se reduz à elaboração dos planos de trabalho, mas a uma atividade permanente de reflexão e ação. O planejamento é um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar em suas condições concretas, de busca de alternativas para a solução de problemas de tomada de decisões, possibilitando a revisão dos planos e projetos, a correção no rumo das ações. O caráter de processo indica, também, que um plano prévio é um roteiro para a prática, prevê os passos a seguir, mas não pode determinar rigidamente os resultados, pois estes vão se delineando no desenvolvimento do trabalho, implicando permanente ação, reflexão e deliberação dos educadores sobre a prática em curso. (...) O processo de planejamento inclui, também, a avaliação dos processos e resultados previstos no projeto, tendo em vista a análise crítica e profunda do trabalho realizado e a reordenação de rumos. (Libâneo, 2001, p.124).

Nesta análise, percebe-se, que o planejamento exige um maior grau de complexidade, é uma ação intencional, um processo permanente, onde a preparação, a realização e o acompanhamento se unem de forma contínua,

renovando e retomando as ações planejadas. É importante que esse processo ocorra na escola como sendo fruto de um consenso entre os professores. Como bem defende Vasconcellos (1995, p. 24), “se queremos resgatar o lugar do planejamento na prática escolar, precisamos resgatar o lugar do professor como sujeito do processo”.

O resgate e a valorização desta prática educativa no contexto escolar tem muito a contribuir para o processo pedagógico. Vasconcelos (1995) define o planejamento como necessário e eficaz na organização escolar, pois em muito contribui com a prática pedagógica, uma vez que ele ajuda:

- A organização adequada do currículo, tornando a ação pedagógica mais eficaz e eficiente;
- Na integração curricular, estabelecendo a comunicação entre os professores;
- A racionalizar o tempo;
- A não desperdiçar atividades e oportunidades de aprendizagem, uma vez que foram previstas com antecedência;
- A autoformação do professor, diminuindo a distância teoria-prática;
- A estabelecer a comunicação e a participação dos alunos;
- A superar a expropriação a que o professor foi submetido em relação à concepção e ao domínio do seu fazer pedagógico.

Há diferentes formas de se elaborar um planejamento, no entanto, alguns elementos, comuns nesse processo, precisam ser considerados: a realidade escolar, a finalidade, o plano de ação, as ações e a avaliação. Onde e a forma como serão registrados vai depender de cada escola, conforme o combinado com o grupo. Para Vasconcellos (1995,p.152), essas grandes dimensões do planejamento, geralmente são traduzidas no cotidiano das escolas através dos seguintes questionamentos: o quê ensinar (conteúdos), como trabalhar (metodologia), porquê (necessidade), para quê (finalidades) e como verificar a aprendizagem (avaliação).

De forma mais elaborada, o ato de planejar é assim concebido por Gandim:

Planejar é elaborar – decidir que tipo de sociedade e de homem se quer e que tipo de ação educacional é necessário para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado final que se pretende; propor uma série orgânica de ações para diminuir esta distância e para contribuir mais para o resultado final estabelecido; executar – agir em conformidade com o que foi proposto e avaliar – revisar sempre cada um desses momentos e cada um dos documentos deles derivados. (Gandim, 1985, p. 22).

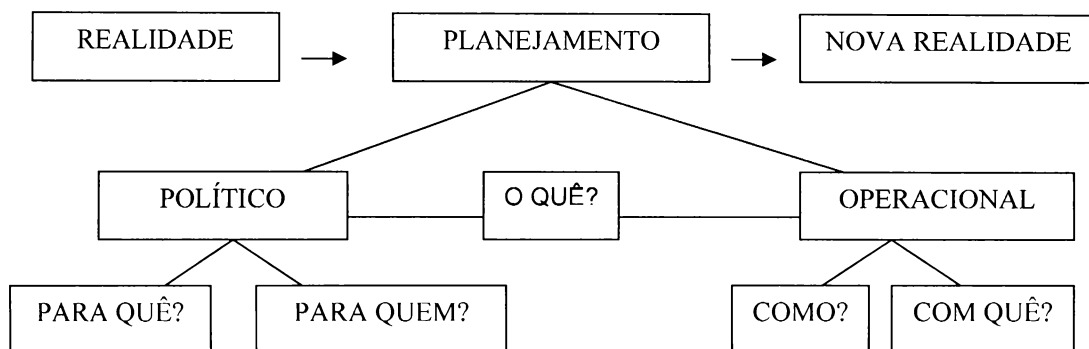
O planejamento é assim concebido como um processo de ação-reflexão-ação. Na análise de Gandim, o planejamento se apresenta em dois níveis distintos: o planejamento político e o planejamento operacional. Há uma interdependência entre essas duas dimensões, “o político desencadeia coerentemente o operacional e este realiza as propostas elaboradas no político” (Gandim, 1994, p. 36).

Tanto um modelo quanto o outro concebem as respostas para alguns questionamentos, sendo que um aborda os meios e o outro, os fins

O operacional é o planejamento do “como” e do “com quê”, incluindo a pormenorização do “o quê”; trata dos meios; aborda cada aspecto isoladamente; dá ênfase a técnicas, instrumentos; busca a eficiência; limita-se ao curto prazo; tem o projeto, às vezes o programa, como expressão maior.

Por sua vez, o político é o planejamento do “para quê”, incluindo o “o quê” mais abrangente; trata dos fins; é globalizante, dá ênfase à criatividade, às abordagens gerais, busca a eficácia; realiza-se no médio e no longo prazo; tem o plano como expressão maior. (Gandim, 1994, p. 36).

O esquema abaixo representa a integração entre esses dois níveis de planejamento, demonstrando que, embora sejam modelos diferentes, um é tão importante quanto o outro e ambos se complementam na construção de uma nova realidade. Enquanto o planejamento político propicia a transformação, o planejamento operacional se encarrega da manutenção.



Nesta perspectiva do planejamento como uma ação intencional para a organização e transformação da prática educativa, o grande desafio a que se propõe a educação escolar é a superação dos equívocos e limites do ensino tradicional, é, segundo Vasconcellos (1995, p.59), “mudar a mentalidade de que fazer planejamento é preencher formulários”. Planejar vai além de simples registros e burocracia, “é refletir sobre os desafios da realidade da escola e da sala de aula, perceber as necessidades, re-significar o trabalho, buscar formas de enfrentamento e comprometer-se com a transformação da prática”. É uma luta que vale a pena, é um caminho possível de se realizar, desde que a escola conte com uma equipe de profissionais comprometidos e dedicados ao real papel da escola, a formação humana.

2 A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO DE ENSINO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL

2.1 CARACTERIZANDO O ESPAÇO E A METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo foi realizado em uma escola municipal da Rede de Ensino de Curitiba que oferece a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A escola selecionada para este trabalho está organizada em Ciclos de Aprendizagem, com ensino regular e integral. As turmas de alunos que estudam em tempo integral passam um período pelo Núcleo Comum (no Complexo I) tendo aulas com as professoras regentes; no outro período passam pelo espaço de contraturno (no Complexo II) com as oficinas de Matemática, Literatura, Xadrez, Filosofia, Informática, Recreação, Educação Ambiental e Espanhol.

Com relação ao número de profissionais, a escola conta com 20 professores pela manhã e 19 à tarde, 4 pedagogas, 1 diretora, 1 vice-diretora, 1 coordenadora administrativa, 3 secretários e 9 inspetores.

Como instrumento de coleta de dados para esta pesquisa, optei pela aplicação de questionários com questões objetivas e discursivas (anexo nº 01). Foram distribuídos 25 questionários no período da tarde, sendo respondidos por 16 profissionais.

Este estudo trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e foi realizada no contexto de uma escola pública municipal, de Ensino fundamental. Na pesquisa qualitativa os problemas são estudados em seu ambiente natural, é repleta de dados descritivos e relata a realidade de forma complexa e contextualizada.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (Chizzotti, 2000,p.79)

O objeto de estudo desse trabalho, analisado no plano da totalidade é o Papel do Pedagogo no Espaço Escolar, sendo que o recorte a ser investigado é o Planejamento de Ensino, que está inserido no conceito maior, pois nessa pesquisa torna-se necessário e essencial delimitar o objeto a ser estudado, o qual foi analisado também no campo da prática educativa. “A prática educativa é um fenômeno constante e universal inerente à vida social, é um âmbito da realidade possível de ser investigado, é uma atividade humana real, ou seja, se constitui como objeto de conhecimento” (Libâneo, 1991, p.89).

Considerando a dupla dimensão humana sujeito/objeto, a práxis torna-se para os educadores um processo contínuo de auto-educação, permitindo a transformação da realidade. É pela práxis que o conhecimento produzido torna-se verdadeiro e para isto é preciso que toda prática seja analisada e interpretada com base na teoria. Nessa concepção, o conhecimento parte de uma relação dialética entre sujeito e objeto, entre teoria e prática, numa relação indissociável na produção e elaboração do saber. O acesso ao saber elaborado sem reflexão a partir da prática torna-se mero discurso. Assim, o pesquisador se propõe a desvelar esse conhecimento teórico/prático a partir da pesquisa.

A importância dessa pesquisa, sob o ponto de vista político, parte do pressuposto de que a natureza autoritária do Estado brasileiro, associada ao caráter técnico-burocrático do mesmo, tem impedido o desenvolvimento de práticas que contribuam para a efetivação de uma cultura de planejamento democrático nas instituições de ensino, em particular. O planejamento continua sendo marcado por um viés preponderantemente autoritário, seguindo modelos tecnicistas e burocráticos.

Sob o ponto de vista pedagógico este estudo contribui na medida em que busca oferecer uma referência de análise que caracteriza a ação dos sujeitos no planejamento da vida escolar no seu conjunto.

Para Lüdke (1986, p.1) “ao realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”. Toda ação práxis revela uma dimensão teórica.

As questões abordadas no questionário foram elaboradas com base nos objetivos pré-determinados anteriormente. O primeiro bloco de perguntas teve como objetivo revelar os sujeitos da pesquisa, analisando seu perfil, formação e atuação profissional. O segundo bloco, que também contou com questões discursivas, teve o intuito de investigar como esses sujeitos concebem o objeto pesquisado e analisar a organização do trabalho escolar na instituição utilizada como espaço de pesquisa.

2.2 O QUE A PESQUISA NOS REVELA?

O trabalho em questão tem por objeto a análise da prática educativa do planejamento de ensino e o papel do pedagogo nesse processo. Escolhi esse tema porque, atuando como professora e pedagoga na Educação Básica, sempre percebi e ouvi queixas dos professores com relação ao planejamento de ensino, alegando que o mesmo era desnecessário, sem sentido e não demonstrava a realidade do trabalho desenvolvido em sala, e que só é elaborado porque existe cobrança da escola. Há cinco anos faço parte da equipe pedagógica de uma escola municipal dos anos iniciais do Ensino Fundamental e percebo que o planejamento não ocorre como um processo pedagógico permanente e de qualidade. Assim, assume características de mais um documento burocrático, sem envolvimento coletivo e participativo dos professores. Essa concepção instigou-me a entender melhor este processo e encontrar alternativas para a transformação dessa prática na escola. Este estudo foi realizado em uma escola municipal da Rede Pública de Ensino de Curitiba – Pr, que oferece da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A fase inicial da pesquisa se configurou no delineamento do tema e na elaboração das questões a serem abordadas na coleta de dados. A relação teoria-prática constituiu o eixo norteador desse processo, que contou também com uma análise dos pressupostos teóricos relacionados ao tema pesquisado.

O instrumento utilizado na coleta de dados foi um questionário (anexo nº. 1) entregue aos sujeitos participantes da pesquisa que atuam no turno da tarde da

escola. Foram distribuídos 25 questionários, com questões objetivas e discursivas, com abordagem específica para professores e equipe pedagógica – administrativa.

Do total de questionários distribuídos, 16 retornaram devidamente respondidos. Destes, 13 são dos professores, 02 das pedagogas e 01 da diretora.

A faixa etária desses profissionais varia de 26 a 52 anos. A maioria tem mais de 10 anos de atuação no magistério. O tempo vai de 2 a 25 anos, sendo que apenas 1 educador está na profissão há 2 anos apenas, o restante tem mais tempo. São três de 8 a 10 anos, sete de 12 a 15, três de 16 a 20 e dois com mais de 20 anos no magistério.

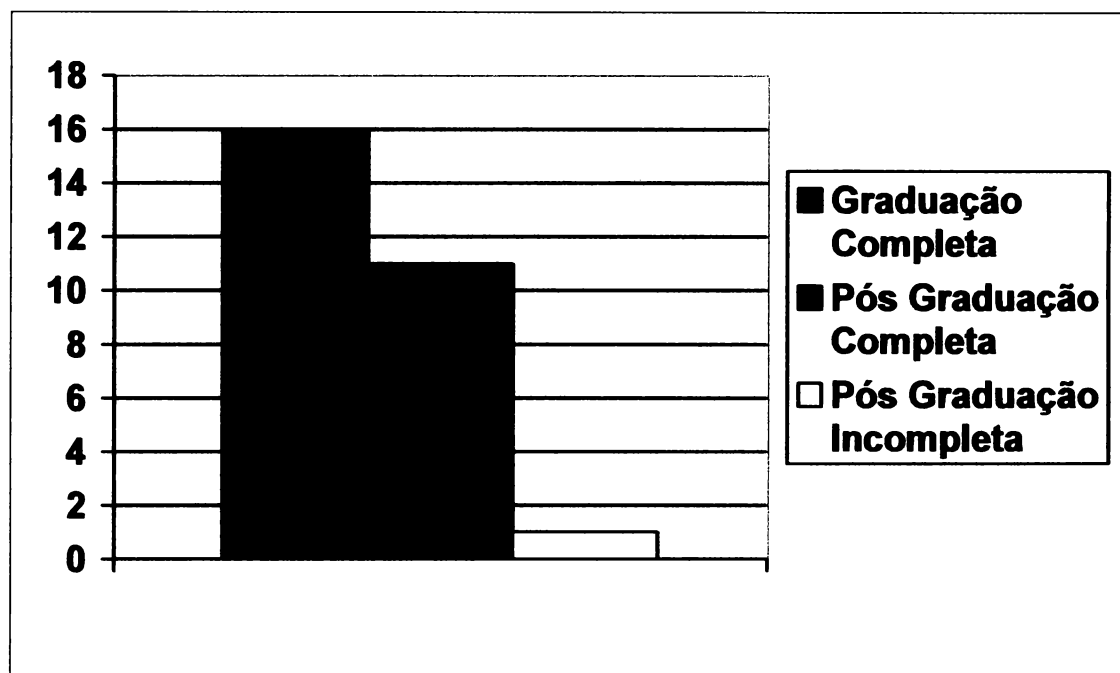
Ao analisar o tempo de serviço na escola, constatei que a maioria dos profissionais trabalha há menos de três anos na escola. Sete iniciaram o trabalho na escola no corrente ano, seis tem de 2 a 5 anos de atuação no local e três tem de 7 a 13 anos. Vale ressaltar que a escola foi fundada em 1992, tendo portanto, 14 anos de funcionamento. Essa rotatividade de professores na instituição acaba interrompendo o trabalho pedagógico da equipe da escola, pois a cada saída e entrada de profissionais é necessário reiniciar o trabalho com o novo grupo, dessa forma não há continuidade no processo do planejamento pedagógico da escola. Esse fato de constantes mudanças deve-se ao interesse dos profissionais em trabalhar próximo à sua residência, já que a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba promove anualmente o Concurso de Remoção, possibilitando aos educadores uma lotação em escolas de mais fácil acesso ou mais próximas de suas casas.

Constatei também que a maior parte dos educadores trabalha 40 horas semanais, apenas três trabalham 20 horas por semana. No entanto, dos treze profissionais de 40 horas, somente três atuam em período integral na escola. Isso demonstra que ainda é preciso avançar na discussão sobre a questão do professor de 40 horas na escola, o que permitiria uma continuidade no processo pedagógico e uma melhor articulação entre o coletivo da escola. Em Curitiba, a Secretaria Municipal da Educação caminha nesse propósito, pois o profissional que tiver interesse em atuar com os dois padrões na mesma escola tem na

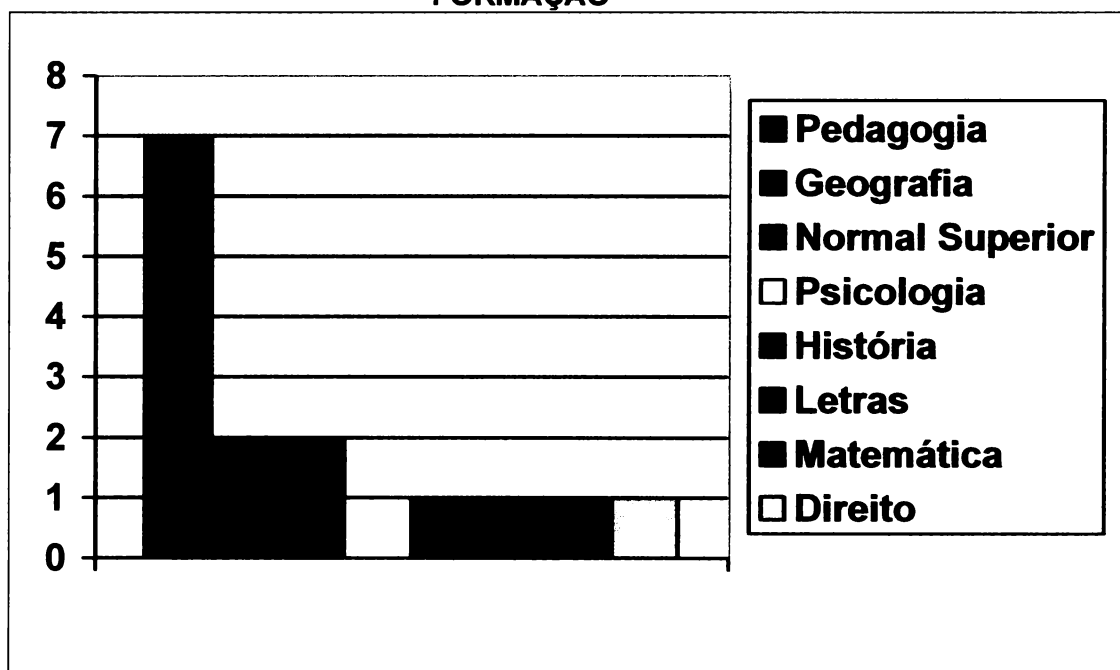
contagem de pontos durante o Concurso de Remoção a somatória dos dois padrões, o que permite uma maior pontuação. Porém, isso depende também do vínculo que o profissional tem com a instituição, pois nem sempre há interesse do mesmo em permanecer na escola em período integral.

Com relação à formação acadêmica, todos os profissionais possuem nível superior, sendo que 11 também já cursaram especialização e 1 está em conclusão. Quanto aos cursos de graduação, há uma variabilidade, mas uma grande parte dos profissionais tem formação em Pedagogia, 7 no total. O restante divide-se em outros cursos, sendo a maioria na área da Educação.

FORMAÇÃO



CURSOS DE FORMAÇÃO



Pressupondo que 100% dos profissionais têm formação em nível superior e que praticamente 50% têm formação em Pedagogia, a relação entre pedagogo, professores e alunos pode acontecer de forma bem positiva e produtiva, favorecendo o processo pedagógico e conseqüentemente a qualidade no ensino. A formação nesse processo tem bastante valor.

A Pedagogia é um campo de estudos com identidade e problemáticas próprias. Seu campo compreende os elementos da ação educativa, tais como o aluno como sujeito do processo de socialização e aprendizagem; os agentes de formação (inclusive a escola e o professor); as situações concretas em que se dão os processos formativos (entre eles o ensino); o saber como o objeto de transmissão/assimilação; o contexto socioinstitucional das instituições (entre elas as escolas e salas de aula). Resumidamente, o objetivo do pedagógico se configura na relação entre os elementos da prática educativa: o sujeito que se educa, o educador, o saber e os contextos em que ocorre. (Libâneo, 1998, p. 30)

Na análise que fiz dos questionários das professoras, constatei que sete atuam como professoras regentes de classe e seis em outras funções, como Ensino da Arte, Ensino Religioso, Informática, Filosofia e Apoio Pedagógico. Isto foi positivo, pois permitiu verificar as observações realizadas por profissionais em funções variadas e conseqüentemente, um planejamento em diferentes enfoques. Pude perceber que as professoras não-regentes acabam elaborando seu planejamento individualmente, uma vez que não têm contato com a colega do turno da manhã, pois são funções com apenas uma professora por turno. Os encontros coletivos envolvendo todos os profissionais da escola só acontecem nas reuniões organizadas em horários especiais, geralmente à noite ou aos sábados.

A escola tem 20 turmas no período da manhã e 19 à tarde. São duas pedagogas por período, porém, a maioria das professoras relataram que esse número é insuficiente para a demanda da escola. Entre as razões, destacam principalmente o número excessivo de alunos para o atendimento, sobrando pouco tempo para o pedagogo dedicar-se aos professores. Das cinco professoras que responderam que o número de pedagogas é suficiente, apenas duas justificaram, alegando que as pedagogas “atendem a necessidade básica da escola” e que “elas realizam suas funções muito bem”. Sabemos que cada vez

mais o pedagogo tem tido um acúmulo de funções na escola, atendendo principalmente alunos e pais, como se fosse um “bombeiro apagando incêndios”, não sobrando tempo para atender o setor pedagógico, onde deveria acompanhar e coordenar o planejamento, a aprendizagem e avaliação dos alunos, atuar na formação continuada dos professores, ou seja, ser de fato um profissional que venha contribuir para a melhoria do processo ensino – aprendizagem. Cabe lembrar, a necessidade de “um profissional que compreenda a natureza do trabalho coletivo da escola, e que tenha a compreensão histórica dos processos pedagógicos e da organização da prática pedagógica”. (Scheibe, 2004, p.23)

Os professores têm um dia da semana destinado à hora – atividade. São os momentos em que estão com seus pares e com a equipe pedagógica, em estudos, análise e reflexões sobre o trabalho didático e pedagógico da escola. Constatei que entre as principais atividades realizadas pelos professores nesses dias, estão o planejamento das aulas, a preparação das atividades de sala, troca de experiências com os colegas, verificação das atividades dos alunos e atendimento aos pais. Estudos com a equipe pedagógica não apareceram como uma atividade permanente e/ou prioritária nesses momentos, o que leva a pressupor que a formação em serviço nesta escola é um processo que ainda exige uma base de reflexão e discussão. Cabe ao pedagogo, nesse momento, planejar os horários para que essa formação continuada possa ocorrer de fato, articulando a teoria com a prática. O Projeto Político Pedagógico apresenta-se nesse contexto como uma ação norteadora para a transformação dessa realidade, constituindo-se em um processo coletivo de tomada de decisões na construção de uma escola pública comprometida com a qualidade do ensino.

Com relação à forma e momentos em que o planejamento é elaborado, foi possível constatar que há uma ficha própria para o mesmo, onde há o registro dos objetivos, conteúdos, encaminhamento metodológico e avaliação. Ele acontece semanalmente, durante as permanências e trimestralmente, em reuniões com todo o coletivo da escola onde os professores se reúnem conforme a etapa de cada ciclo ou área do conhecimento. Após a elaboração, uma cópia é entregue à pedagoga para ser arquivado. Verifica-se, nesta perspectiva, que o planejamento

adquire um caráter apenas mecânico e burocrático. Planejar para quê? Para cumprir um ritual da escola? E o objetivo do planejamento, será que é considerado? O planejamento como um processo contínuo de ação-reflexão-ação exige muito mais do que o preenchimento de fichas para cumprir a burocracia do sistema.

Não há uma unidade entre os professores com relação ao parâmetro utilizado como ponto de partida para a elaboração do planejamento. Alguns relataram que partem dos conteúdos programados para o ciclo, buscando apoio em livros didáticos, pesquisas, internet, filmes, revistas, jornais. A maior preocupação é com o conteúdo, sem considerar o planejamento como um processo permanente, uma ação intencional. Apenas uma professora relatou que parte “do conteúdo que deve ser trabalhado, levando em conta seus objetivos”, ou seja, embora o enfoque seja o conteúdo ela não deixa de considerar os objetivos. Gandim (1995) afirma que não é possível trabalhar sem conteúdos, no entanto, eles serão consequência e não ponto de partida.

Porém, constatei que, enquanto alguns professores se detêm nos conteúdos a serem trabalhados, outros levam em conta primeiramente a realidade dos alunos como ponto de partida, demonstrando preocupação e um melhor entendimento sobre a função do planejamento. Isso pode ser constatado pelos depoimentos que seguem, em resposta à questão sobre o ponto de partida para a elaboração do planejamento.

Uma professora relatou a importância de conhecer a turma para que o planejamento seja de fato uma ação intencional e planejada, ao descrever que “parto da minha sala de aula (a partir da sondagem). Porque senão o trabalho é inútil se não for intrinsecamente ligado ao aluno”. A contextualização também foi destacada por duas professoras. “Sempre contextualizado. Parto da realidade das crianças e da instituição”. “De assuntos e temas que sejam relevantes à realidade e necessidades do aluno e em sintonia com as Diretrizes Curriculares”. Sendo uma ação intencional, um compromisso com o aluno e com a aprendizagem, pressupõe-se um planejamento nesse enfoque, levando em consideração o que o aluno já adquiriu. O depoimento seguinte demonstra esse envolvimento dos

educadores. “Parto da real necessidade do aluno e do seu conhecimento prévio. Porque somente assim o planejamento se adequará aos alunos envolvidos no processo de ensino – aprendizagem”.

De acordo com Vasconcellos (1995, p.60) “o objetivo principal do planejamento é possibilitar um trabalho mais significativo e transformador, conseqüentemente, mais realizador na sala de aula, na escola e na sociedade”.

Para os professores desta escola, o objetivo do planejamento é atender às necessidades dos alunos e dos professores, é uma forma de organizar o seu trabalho pedagógico. Pelos depoimentos nota-se que o planejamento tem significado para os educadores, ainda que ele seja confundido com o plano de aula, pois enquanto o planejamento é um processo,

o plano é o produto deste processo de reflexão e decisão. Não deve ser feito por uma exigência burocrática, ao contrário, deve corresponder a um projeto – compromisso do professor, tendo, pois, suas marcas. A finalidade do plano é criar e organizar o trabalho. Para tanto, deve ser objetivo, verdadeiro, crítico e comprometido”. (Vasconcellos, 1995, p.60)

A maioria dos professores demonstrou conceber o planejamento e/ou plano de ensino como um processo necessário no interior da escola, destacando o seu objetivo e a quem ele deve servir.

Alguns depoimentos refletem o modelo burocrático do planejamento, que visa atender à organização da escola. “Ele é muito importante para a organização do trabalho, verificação e avaliação.” O seu objetivo é organizar os conteúdos e o trabalho com os alunos.” “Serve como uma organização da escola”.

O planejamento também foi destacado nos moldes da racionalidade técnica, ao ser analisado como um processo que viabiliza a prática com o aproveitamento máximo do tempo, o que pode ser constatado no depoimento seguinte. “O planejamento organiza o trabalho, evita o desperdício de tempo e facilita a formulação das aulas.” Nesta perspectiva, como ficam os alunos que necessitam de mais tempo no seu processo de construção do conhecimento? Será que dar conta de um rol de conteúdos pré-estabelecidos garante a

aprendizagem? E o compromisso com os alunos das classes populares? A escola que devemos construir não pode valorizar a quantidade, mas sim, a qualidade do ensino.

O compromisso com a aprendizagem dos alunos e o respeito ao ritmo do grupo, pressupõe um planejamento diferenciado e adequado à turma, é o que se percebe nos relatos: “O planejamento deve servir à efetividade da aprendizagem, levando em conta, em primeiro lugar, o aluno”. “Deve servir à necessidade do aluno/turma, em função da intencionalidade pedagógica proposta”. “Serve como uma organização, há muitas alterações devido ao ritmo da turma”. Se os alunos aprendem de maneiras e ritmos diferentes, há que se pensar em maneiras diferentes de ensinar, logo, um planejamento diferenciado, sem a preocupação como tempo mas sim, com a aprendizagem.

Ainda que muitos professores reclamem da forma como o planejamento é elaborado nas escolas, a grande maioria não questiona a necessidade de se planejar. As reclamações, geralmente são relacionadas ao seu encaminhamento.

Nos relatos a seguir, percebi que os professores sentem necessidade de um planejamento participativo, envolvendo o coletivo da escola, pois apontam alguns aspectos negativos no processo de planejamento da escola. “Na minha opinião poderiam ser proporcionados momentos de planejamento coletivo, em cima de princípios e necessidades em comum sentidas na escola”. “O tempo para discussão é pouco. Falta entrosamento”. “Falta tempo para se envolver no planejamento de outras séries, seria uma experiência enriquecedora”.

O planejamento enquanto processo não pode ser um ato realizado de forma individual e nem desvinculado do Projeto Político-Pedagógico da escola. Assim, o pedagogo “tem por função articular todo o trabalho em torno da proposta geral da escola e não ser elemento de controle formal e burocrático” (Vasconcellos, 2002, p.151). Para este autor o planejamento pode originar uma “aprendizagem coletiva, através da troca de experiências e de uma reflexão crítica e solidária sobre as diferentes práticas”. Este é um momento importante para a escola rever projetos e práticas pedagógicas, propiciando momentos de discussão no coletivo, abrindo

espaço também para a participação da comunidade, num processo de gestão democrática .

Nesta escola que pesquisei, as pedagogas estão sempre presentes, durante a elaboração e execução do planejamento. Apenas uma professora relatou que essa mediação “dificilmente ocorre, pois estão sempre muito ocupadas em resolver questões relativas a encaminhamentos de alunos e pais.” A maioria demonstrou que a atuação do pedagogo se faz presente nesse processo. “Sempre que possível, as pedagogas nos auxiliam na elaboração do planejamento, sugerem atividades, nos acompanham no que for possível “. “As pedagogas fornecem subsídios, quando solicitada torna-se elemento integrador da prática e da teoria“. “No início a pedagoga auxilia na forma de trabalho da escola, mas abre a possibilidade de autonomia do professor, seguindo a linha de trabalho da escola”. “As pedagogas estão sempre presentes, auxiliando os professores em todos os momentos”.

Assim como o planejamento é um processo, a avaliação também precisa ocorrer de forma processual, contínua, diagnóstica, ou seja, o planejamento neste enfoque é um ato que envolve ação-reflexão-ação. A avaliação serve para redimensionar a prática educativa. “Quando o projeto de ensino é discutido durante a elaboração, é retomado nas reuniões, avaliado, modificado, com certeza, vai mostrando sua força de instrumento de práxis, resgatando seu sentido.” (Vasconcellos,2002,p.152).

Verifiquei que a avaliação do desenvolvimento do planejamento na escola onde realizei a pesquisa acontece, às vezes, em conjunto com as professoras e pedagogas, mas na maioria dos depoimentos esse processo é realizado durante a verificação de aprendizagem,ou seja, entre alunos e professores.“Se os meus objetivos estão sendo atingidos com os alunos, o planejamento foi positivo, se não, eu preciso tentar um outro planejamento”. “Avalio com os próprios alunos, de acordo com os resultados obtidos. Com a professora regente e as pedagogas”. “Avalio com as pedagogas e as colegas de trabalho”. “Individualmente, através das atividades e avaliação dos alunos, vou percebendo, redimensionando o planejamento”. “Com a equipe pedagógica e profissionais da mesma área”.

Nesta análise constatei que a avaliação do planejamento ocorre em um momento específico, quando os professores realizam a avaliação da aprendizagem dos alunos. Os resultados são discutidos com as pedagogas e professores. Dessa forma, a avaliação do planejamento está mais relacionada ao desenvolvimento e aprendizagem dos conteúdos do que ao processo de planejamento. É preciso ainda avançar nesse processo de avaliação. "Avaliar é necessário e a avaliação significativa se faz no próprio processo, como parte dele, enquanto ele se desenvolve, sem que, para isto, se deva, sempre, realizar uma parada formal".(Gandin,1994,p.115)

O questionário das pedagogas e direção contou com questões específicas, abordando a integração entre a equipe pedagógico-administrativa, o Projeto Político-Pedagógico da escola, a relação do pedagogo com os professores e o papel do pedagogo escolar.

Na análise desses questionários, constatei que não há uma divisão de tarefas entre as pedagogas, ambas procuram realizar a função de pedagogo e não de especialista, se envolvendo em todas as atividades da escola, numa visão de totalidade e de conjunto. A integração entre pedagogas e direção acontece quando há necessidade, mas a escola está estudando uma forma de planejar essa integração, com reuniões semanais. Neste ano, devido à reescrita do Projeto Político-Pedagógico da escola, a equipe tem se reunido com mais frequência.

No questionamento sobre o que seria prioridade no Plano de Ação dos Pedagogos, analisei que existe compreensão dessas profissionais sobre a importância do pedagogo estar acompanhando e orientando os professores no trabalho pedagógico. O fato de não haver divisão de tarefas entre as pedagogas e essa clareza da real função do pedagogo escolar, como mediador no processo educativo, poderia pressupor que nesta escola há um trabalho coletivo e articulador entre os professores e pedagogas. No entanto, na análise dos depoimentos dos professores essa articulação não foi considerada, as pedagogas não conseguem atender aos professores em suas especificidades pedagógicas, pois o acúmulo de funções é considerável e o número de pedagogas, insuficientes. Essa é uma questão que envolve políticas públicas, pois a

preocupação com a qualidade da educação pública brasileira esbarra na questão financeira. Os profissionais lotados nas escolas são designados conforme o número de alunos e não de acordo com as reais necessidades da escola, o compromisso político é com os agentes financiadores da educação pública no Brasil e não com a classe social dos menos favorecidos, que mais necessitam de uma educação de qualidade, pois já são excluídos nessa sociedade tão desigual.

Faz-se necessário, nesta escola, uma ampla discussão a respeito da especificidade do trabalho do pedagogo e o papel do professor em sala de aula, o que pressupõe que a escola assuma o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa. A construção do Projeto Político-Pedagógico aponta para um compromisso estabelecido coletivamente, constituindo-se em processo participativo de decisões.

Trabalho coletivo significa tomar a problemática da escola coletivamente a partir da individualidade de cada um, da colaboração específica de cada um, em direção a objetivos comuns, coletivamente consensuados e contratados, entre professores e professores, estes e os alunos, estes entre si, todos e a direção, e os pais. É nesse coletivo que se constrói a identidade e se exercita a autonomia da escola. (Pimenta, 1998, p.55)

É de grande importância que os sistemas de ensino estimulem práticas de ação e reflexão coletivas nas escolas, voltadas para a construção de um Projeto Político-Pedagógico que retrate o desejo e o planejamento de cada comunidade escolar. É o momento em que a escola oficializa suas propostas rumo à construção de uma escola pública de qualidade, acessível a todos os que dela necessitam. No entanto, deve ser uma busca da própria escola enquanto um coletivo que compreende sua função social, sem que seja necessário um estímulo para a construção de tais práticas. É neste contexto que torna-se fundamental o papel do pedagogo escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se pensar no conjunto de reflexões teóricas e práticas apresentadas em todo o trabalho, a respeito do papel do pedagogo na prática educativa do planejamento de ensino, ainda não é possível fazer um aprofundamento das questões levantadas, mas uma análise em caráter preliminar à guisa de conclusão.

Esta análise da prática do planejamento de ensino no contexto de uma das escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba permite destacar alguns aspectos gerais que merecem uma continuidade em estudos posteriores.

Neste estudo, a metodologia de pesquisa teve como instrumento o uso de questionários, específicos aos professores e à equipe pedagógica. Porém, foi possível constatar que se esse tipo de instrumento for substituído por entrevistas, o resultado da pesquisa adquire um caráter mais objetivo e concreto, uma vez que este modelo permite uma maior interferência e argumentação nos questionamentos, o que torna o resultado do estudo bem mais rico e produtivo. Já no questionário, pode-se responder às questões sem a mediação do pesquisador, de modo que não há indagações por parte do entrevistador e, provavelmente, uma atitude mais passiva.

Nesta escola se faz presente a necessidade de uma prática pedagógica voltada à discussão, reflexão e participação coletiva, desafio posto às pessoas interessadas e comprometidas com a democratização e qualidade do ensino: diretor, vice-diretor, pedagogos, professores, funcionários, alunos e representantes da comunidade. É nesse contexto que a Gestão Escolar pode se efetivar na construção dos princípios da democracia. Uma escola democrática se constrói no âmbito da participação, reflexão e diálogo.

Outro aspecto que ainda pressupõe uma ampla discussão com todo coletivo de profissionais da escola está relacionado à concepção de planejamento de ensino e plano de trabalho docente, fatores primordiais da tarefa pedagógica. Parece haver uma indefinição do real significado e objetivo de tais práticas pedagógicas entre os professores. O planejamento como um processo

permanente e contínuo de reflexão e ação é mais confundido com o seu produto, o plano de ensino. A necessidade de preparar as aulas se sobrepõe à necessidade de uma reflexão mais ampla do processo de planejamento, embora o interesse por um planejamento participativo por parte dos professores tenha sido destacado.

Nesta perspectiva, o papel do pedagogo pressupõe articular e mediar essa discussão no coletivo da escola, envolvendo todos os profissionais na construção e reconstrução de novas práticas pedagógicas.

Além de discutir e analisar a concepção do planejamento de ensino, faz-se necessário também uma discussão com todos os profissionais da escola sobre as bases teóricas que permitam fundamentar o trabalho e a identidade do pedagogo, a função social da escola, a concepção de currículo, de gestão escolar, enfim, estabelecer espaços para a formação continuada de todos os sujeitos envolvidos com a ação pedagógica, uma vez que se percebe que quanto mais firmes e conscientes se está da teoria melhor é a prática. Busca-se a construção e ressignificação de práticas pedagógicas rumo a uma qualidade social da educação, especialmente no que se refere ao planejamento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Claudia B. M e LANDINI, Sonia R. A formação de professores e profissionalidade docente no quadro de mundialização do capital. Revista Chão da Escola, nº. 4, Curitiba, 2005.

BRASIL (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394/96.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

FRANCO, Maria Amélia S. Indicativos para um currículo de formação de pedagogos. In: ROSA, Dalva E. G. e SOUZA, Vanilton C. Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GANDIM, Danilo. A Prática do Planejamento Participativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. Planejamento como prática educativa. São Paulo: Loyola, 1983.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho Pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In: AGUIAR, Ângela S., FERREIRA, Syria C. Para onde vão a Orientação e a Supervisão? Campinas, SP: Papyrus, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____. Pedagogia e Pedagogos, para quê? São Paulo, Cortez, 1998.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MENEGOLLA, Maximiliano e SANT'ANA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo - Área - Aula. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

MURIBECA, Maria Lucia Maia. A pedagogia, o pedagogo e a prática escolar. In: ROSA DALVA E. G., SOUZA, Vanilton C. Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido . Projeto Pedagógico e Identidade da Escola. Revista do Congresso de Educação Continuada – PÓLO 7. Taubaté, SP, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Sentido da pedagogia e o papel do pedagogo. ANDE, nº. 9, 1985.

SCHEIBE, Leda. O trabalho dos Pedagogos Frente às Políticas Públicas e o Cotidiano da Escola: o caráter de trabalho intelectual do pedagogo escolar. Revista Chão da Escola, nº. 3, Curitiba, 2004.

SILVA, Carmem S. B. Curso de Pedagogia no Brasil: identidade e história. Campinas: Autores Associados, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

_____.Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

ANEXO

Questionário para o pedagogo, vice-diretor e diretor:

1.0 IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome: _____ (opcional)

1.2 Sexo: () Masculino () Feminino

1.3 Idade: _____

1.4 Turno de trabalho na escola: () manhã () tarde () noite

2.0 FORMAÇÃO:

2.1 Ensino médio: _____

Ano de Conclusão: _____

Instituição: _____

2.2 Graduação: _____

Ano de conclusão: _____

Instituição: _____

2.3 Especialização: _____

Ano de conclusão: _____

Instituição: _____

2.4 Mestrado: _____

Ano de conclusão: _____

Instituição: _____

3.0 DADOS PROFISSIONAIS:

3.1 Função na escola: _____

3.2 Tempo de serviço na escola: _____

3.3 Tempo de serviço na função: _____

3.4 Trabalha em outra escola, além desta ? () sim () não

3.5 Total de horas que trabalha por semana: _____

4.0 OUTRAS INFORMAÇÕES:

4.1 Quantos pedagogos há na escola, por período? _____

4.2 Na sua opinião, esse número é suficiente? () sim () não

Por quê? _____

4.3 Se em sua escola há mais de um pedagogo por período, como ocorre a articulação do trabalho pedagógico ? Há alguma divisão de funções ? Justifique.

4.4 Em sua escola, o plano de ação dos pedagogos é elaborado de forma:

() mensal

() semestral

() anual

() outro. Qual ? _____

4.5 O que você considera prioridade no plano de ação dos pedagogos ?

4.6 Em sua escola, o planejamento dos professores ocorre:

- nos dias de permanência de cada professor
- nas reuniões pedagógicas previstas em calendário
- nos dois itens acima
- outro. Qual ? _____

4.7 Após a elaboração do planejamento, ele fica arquivado :

- com a equipe pedagógica
- com o professor
- cada um tem uma cópia

4.8 Sua escola possui uma ficha própria para a elaboração do planejamento ? Como ela foi elaborada ?

4.9 Que itens constam na ficha de planejamento da sua escola ?

- objetivos
- conteúdos
- encaminhamento metodológico
- avaliação
- outros: Quais ? _____

4.10 De que forma você orienta e acompanha a elaboração, aplicação e avaliação do planejamento dos professores ? Quais as maiores dificuldades encontradas nesse processo ?

4.11 De onde você acha que o professor deve partir para elaborar o seu planejamento de ensino ? Justifique.

4.12 Quais as tarefas que você tem realizado na escola dentro de sua função ? Quais as maiores dificuldades que você encontra ?

4.13 Como ocorreu a construção do Projeto Político Pedagógico em sua Escola ?

4.14 Em que momentos a Equipe Pedagógica e Administrativa da escola se reúne ?
Como ocorre essa integração ?

Questionário para o professor:

5.0 IDENTIFICAÇÃO:

5.1 Nome: _____ (opcional)

5.2 Sexo: () Masculino () Feminino

5.3 Idade: _____

5.4 Turno de trabalho na escola: () manhã () tarde () noite

6.0 FORMAÇÃO:

6.1 Ensino médio: _____

Ano de Conclusão: _____

Instituição: _____

6.2 Graduação: _____

Ano de conclusão: _____

Instituição: _____

6.3 Especialização: _____

Ano de conclusão: _____

Instituição: _____

6.4 Mestrado: _____

Ano de conclusão: _____

Instituição: _____

7.0 DADOS PROFISSIONAIS:

7.1 Função na escola: _____

7.2 Tempo de serviço na escola: _____

7.3 Tempo de serviço no magistério: _____

7.4 Turma que leciona: _____

7.5 Leciona em outra escola, além desta ? () sim () não

7.6 Total de horas que trabalha por semana: _____

8.0 OUTRAS INFORMAÇÕES:

8.1 Sua escola está organizada em: () séries () ciclos

8.2 O ensino na escola é: () regular () integral

8.3 Quantos pedagogos há na escola, por período? _____

8.4 Na sua opinião, esse número é suficiente? () sim () não

Por quê? _____

8.5 Em que dia da semana você realiza sua hora-atividade (permanência) na escola ?

() segunda – feira

() terça – feira

() quarta – feira

() quinta – feira

() sexta – feira

8.6 Que atividades você realiza nesse dia ? (Numere de acordo com a ordem em que ocorrem)

- planejamento das aulas
- estudos com a equipe pedagógica
- troca de experiências com os colegas
- preparação das atividades de sala
- atendimento aos pais
- verificação de atividades dos alunos
- outros. Quais ? _____

8.7 Em sua escola o planejamento é:

- semanal
- quinzenal
- mensal
- outro: _____

8.8 O planejamento, na sua escola, é uma atividade realizada de forma:

- individual
- coletiva

Justifique:

8.9 Em que momentos o planejamento acontece ?

- nas permanências
- em reuniões pedagógicas
- outros: Quais ? _____

8.10 Onde o planejamento é registrado ?

- em fichas próprias da escola
- em seu caderno específico
- nos dois itens acima

8.11 Após a elaboração do planejamento, onde ele fica arquivado ?

- com as pedagogas
- com o professor
- cada um tem uma cópia

8.12 Na sua opinião, qual é o objetivo do planejamento ? A quem ele deve servir?

8.13 Como acontece a atuação do pedagogo junto aos professores durante a elaboração e aplicação do planejamento em sua escola ?

4.14 De onde você parte para elaborar o seu planejamento ? Por quê ?

4.15 Como e com quem você avalia o desenvolvimento do seu planejamento ?

4.16 Assinale os itens que são descritos e/ou desenvolvidos na elaboração do planejamento em sua escola.

- objetivos
- conteúdos
- encaminhamento metodológico
- avaliação
- outros: Quais ? _____

4.17 Com relação à elaboração do planejamento de ensino em sua escola, cite os aspectos que considera:

Positivos:

Negativos:
